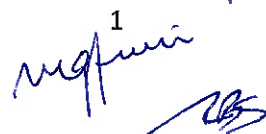


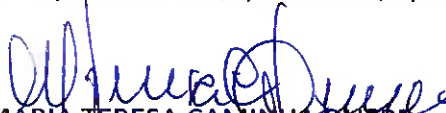
ATA DA 34ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGÊNCIA DE REGULÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2026.

Aos 23 dias do mês de março de 2026, às 9h30, na sede da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife – PE, foi realizada a trigésima quarta reunião do Conselho Consultivo, no ano de 2026, da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, contando com a presença dos Conselheiros: **Maria Teresa Caminha Duere**, Presidente do Conselho; **Paulo José Galvão Vaz**, representante do Governo do Estado de Pernambuco (por videoconferência); **Rafael Bezerra de Souza**, representante do Ministério Público de Pernambuco; **José Eudes Lima Uchoa**, representante da Companhia Pernambucana de Gás – Copergás (por videoconferência); **Maria Gorette de Vasconcelos Aquino**, representante da Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE (por videoconferência); **Maíra Rufino Fischer**, representante da Prefeitura do Recife; e **Érico Cavalcanti Furtado Filho**, representante da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE. Pela Arpe, contou com a presença da Diretora Administrativo- Financeira, **Lara Pinheiro Montarroyos**, da Coordenadora de Transportes, **Maria Ângela Albuquerque de Freitas**, da Coordenadora de Projetos Estratégicos, **Jaelma Pontes Chaves**, da Gestora de Contratos de Regulação, **Roberta Rodrigues Padilha**, do Chefe de Gabinete da Arpe, **Jorge Augusto da Silva Rosário**, além da Coordenadora de Articulação Institucional da Arpe, **Silvia Trindade de Melo**. Dando início à reunião, a Presidente do Conselho, **Teresa Duere**, cumprimentou os participantes e passou a palavra para a Coordenadora Ângela Freitas que falou sobre os desafios da concessão do Metrô de Recife. O Metrô de Recife, administrado pela CBTU, encontra-se atualmente em avançado estado de deterioração operacional e estrutural. Após 15 anos de subinvestimento sistemático e contingências orçamentárias, o sistema enfrenta um ponto crítico de sobrevivência: sem intervenção imediata, a Linha Sul, por exemplo, deverá encerrar suas operações até abril de 2027. A solução proposta é uma Parceria Público-Privada (PPP) de 30 a 35 anos, modelada pelo BNDES, envolvendo um investimento federal inicial de R\$ 4 bilhões destinado exclusivamente à recuperação da infraestrutura existente até o nível básico. Este documento descreve a transição de um modelo de gestão estatal para uma concessão regulamentada, destacando o prazo de sete anos necessário para melhorias palpáveis nos serviços, os desafios fiscais decorrentes das altas taxas de gratificação e a ampliação do papel de fiscalização da Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). Foi demonstrada a deterioração da infraestrutura: necessidade de substituição de 65.000 dormentes e das linhas aéreas do sistema de energia, além da aquisição de nova frota; a crise de manutenção: falta de maquinário e peças de reposição; e os riscos operacionais: o sistema já registrou incêndios e descarrilamentos. Restrições de velocidade são atualmente utilizadas como principal medida de segurança para evitar novos descarrilamentos em trilhos desgastados. Sobre os desafios financeiros e tarifários, a Coordenadora Ângela Freitas informou que metrô sofre com um déficit estrutural de receita, impulsionado por altos custos sociais e segmentos de passageiros "invisíveis", ou seja, trechos em que os passageiros chegam de ônibus, utilizam o metrô e saem de ônibus. A convenção atual determina que a receita permaneça no ponto de embarque do passageiro. Embora um novo acordo (pós-2016) permita uma melhor partilha em



1
Angela Freitas


cinco linhas específicas, que não abrange a maior parte do sistema. No modelo é estruturado como uma Concessão Patrocinada (PPP), e não como uma privatização. Os ativos permanecem reversíveis ao Estado após o término do contrato. O governo federal fornecerá uma doação inicial de R\$ 4 bilhões. Os fundos serão mantidos em uma conta estatal e pagos ao concessionário após o cumprimento de marcos específicos de investimento (eventogramas). Os funcionários da CBTU não serão transferidos para o Estado ou para a concessionária; eles permanecerão vinculados ao governo federal para possível realocação. O modelo inclui riscos de demanda e riscos tarifários. O Estado garante uma "contraprestação" para cobrir a diferença entre a receita da bilheteria e o custo real da operação sustentável. Dando continuidade, a Coordenadora Ângela Freitas acrescentou que concessão marca uma mudança fundamental para a Agência de Pernambuco, passando da regulação discricionária para a regulação contratual, sendo parte integrante do Contrato. Tendo como novas responsabilidades: aprovar e monitorar o plano de transição; emitir a ordem de serviço; fiscalizar marcos de construção/investimento para autorizar pagamentos governamentais; monitorar desempenho operacional em tempo real. Ângela Freitas enfatizou que a ARPE deve manter-se como uma reguladora imparcial e não desempenhar as funções da concessionária. E que a agência necessita de um aprimoramento significativo das habilidades e de uma possível expansão de sua equipe para supervisionar sistemas complexos de engenharia ferroviária e de TI. Por fim, a Coordenadora lembrou um desafio significativo de comunicação em relação ao termo "privatização". Embora a mídia e os sindicatos frequentemente usem a palavra, o projeto é uma Parceria Público-Privada em que o Estado mantém a propriedade. A Presidente Teresa Duere, agendou a próxima reunião para o dia 13/04/26, com sugestão de um briefing com a devolutiva da reunião que será realizada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a concessão do metrô. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes presentes da reunião.



MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Governo do Estado de Pernambuco




PAULO JOSÉ GALVÃO VAZ
Governo do Estado de Pernambuco



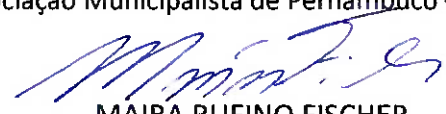
RAFAEL BEZERRA DE SOUZA
Ministério Público de Pernambuco - MPPE



JOSÉ EUDES LIMA UCHOA
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás



MARIA GORETTE DE VASCONCELOS AQUINO
Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE



MAIRA RUFINO FISCHER
Prefeitura do Recife



ÉRICO CAVALCANTI FURTADO FILHO
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
- FIEPE